Docusign Envelope ID: 70E2221B-F0DA-47D5-A981-E007772CEE16

GENERAL WATER S.A.

CNPJ/MF nº 04.088.389/0001-20

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Balanços Patrimoniais

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.438	1.842	13.440	11.617
Aplicações financeiras	4	-	804	4.878	6.401
Contas a receber de clientes	5	-	-	17.754	16.427
Despesas antecipadas		184	177	553	550
Outros ativos		15	-	2.123	1.105
Adiantamentos		7	2	814	399
Total dos ativos circulantes		1.644	2.825	39.562	36.499
NÃO CIRCULANTES					
Outros créditos a receber		9	9	136	137
Investimentos	6	135.605	125.434	37	-
Imobilizado	7	158	487	115.869	107.272
Intangível	7	196	187	1.623	1.897
Total do ativos não circulantes		135.968	126.117	117.665	109.306
TOTAL DOS ATIVOS		137.612	128.942	157.227	145.805

PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
CIRCULANTES					
Fornecedores	8	74	79	2.390	2.452
Arrendamento mercantil	9	-	-	909	903
Obrigações trabalhistas	10	-	-	2.974	2.798
Obrigações tributárias	11	5	12	3.942	3.659
Outras obrigações	12	1.747	1.747	1.747	1.747
Dividendos a pagar	15.3.c)	1.371	-	1.371	-
Total dos passivos circulantes		3.197	1.838	13.333	11.559
NÃO CIRCULANTES					
Arrendamento mercantil	9	-	-	3.664	3.743
Partes relacionadas	13	6	4	-	-
Obrigações tributárias	11	-	10	1.110	936
Outras obrigações	12	-	1.747	-	1.747
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	14	-	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		6	1.761	4.774	6.426
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15.1	84.207	84.207	84.207	84.207
Ações em tesouraria	15.2	(3.494)	(3.494)	(3.494)	(3.494)
Reserva legal	15.3.a)	12.010	10.084	12.010	10.084
Reserva de lucros	15.3.b)	41.686	34.546	41.686	34.546
Total do passivo		134.409	125.343	134.409	125.343
Participação dos não controladores		-	-	4.711	2.477
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.612	128.942	157.227	145.805

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota explicativa	Capital social	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total controladora	Participação dos não controladores	Total controladora
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		84.207	-	8.171	21.852	-	114.230	2.346	116.576
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.260	38.260	890	39.150
Destinação:									
Ações em tesouraria	15.2	-	(3.494)	-	-	-	(3.494)	-	(3.494)
Reserva legal		-	-	1.913	-	(1.913)	-	-	-
Reserva de lucros		-	-	-	27.259	(27.259)	-	-	-
Dividendos distribuídos	15.3.c)	-	-	-	(9.416)	-	(9.416)	-	(9.416)
Dividendos obrigatórios	15.3.c)	-	-	-	-	(9.088)	(9.088)	-	(9.088)
Dividendos distribuídos para não controladores		-	-	-	-	-	-	(5.908)	(5.908)
Ganho ou (perda) de transação entre sócios	6	-	-	-	(5.149)	-	(5.149)	5.149	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		84.207	(3.494)	10.084	34.546	-	125.343	2.477	127.820
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.530	38.530	1.075	39.605
Destinação:									
Reserva legal	15.3.a)	-	-	1.926	-	(1.926)	-	-	-
Reserva de lucros	15.3.b)	-	-	-	27.453	(27.453)	-	-	-
Dividendos distribuídos	15.3.c)	-	-	-	(13.853)	-	(13.853)	-	(13.853)
Dividendos obrigatórios	15.3.c)	-	-	-	-	(9.151)	(9.151)	-	(9.151)
Aumento ou diminuição na participação de minoritários	6	-	-	-	-	-	-	236	236
Dividendos distribuídos para não controladores	15.3.c)	-	-	-	-	-	-	(5.537)	(5.537)
Ganho ou (perda) de transação entre sócios	6	-	-	-	(6.460)	-	(6.460)	6.460	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		84.207	(3.494)	12.010	41.686	-	134.409	4.711	139.120

Demonstração do Resultado

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	120.891	108.933
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	17	-	-	(49.990)	(42.736)
LUCRO BRUTO		-	-	70.901	66.197
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	18	(56)	(42)	(1.734)	(1.646)
Gerais e administrativas	18	(686)	(902)	(8.154)	(7.047)
Com pessoal	18	-	-	(7.782)	(6.346)
Equivalência patrimonial	6	39.700	39.471	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(566)	(421)	(860)	(1.006)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		38.392	38.106	52.371	50.152
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	20	210	215	2.280	2.757
Despesas financeiras	20	(20)	(9)	(583)	(500)
LUCRO ANTES DO IR E DA CS		38.582	38.312	54.068	52.409
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	21	(77)	(46)	(14.344)	(13.157)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21	25	(6)	(119)	(102)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		38.530	38.260	39.605	39.150
Acionistas controladores		38.530	38.260	38.530	38.260
Acionistas não controladores		-	-	1.075	890
LUCRO POR AÇÃO	15.3.d)	52,77	52,14		

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.530	38.260	39.605	39.150
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	38.530	38.260	39.605	39.150
Acionistas controladores	38.530	38.260	38.530	38.260
Acionistas não controladores	-	-	1.075	890
	38.530	38.260	39.605	39.150

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		38.530	38.260	39.605	39.150
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	6	(39.700)	(39.471)	-	-
Depreciação e amortização	7	48	33	17.093	15.047
Juros provisionados sobre arrendamentos	9	-	-	313	311
Provisão para perda esperada com créditos		-	-	141	151
Provisão para riscos		-	-	-	(34)
Rendimento de aplicação financeira		(8)	(82)	(443)	(593)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	7	566	440	1.145	1.389
Imposto de renda e contribuição social	21	52	52	14.463	13.259
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(1.468)	(3.545)
Adiantamentos		(5)	27	(415)	634
Despesas antecipadas		(7)	3	(3)	(116)
Outros ativos		-	(6)	(1.018)	937
Fornecedores		(5)	(105)	(62)	(87)
Obrigações trabalhistas		-	-	176	521
Obrigações tributárias		(61)	(33)	149	(523)
Outras obrigações		-	-	-	(65)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(590)	(882)	69.676	66.436
Juros sobre arrendamento mercantil - Pagos	9	-	-	(313)	(354)
Imposto de Renda e contribuição social - Pagos		(23)	(27)	(14.155)	(12.054)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(613)	(909)	55.208	54.028
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicação financeira		812	1.615	1.969	9.063
Aumento de capital em investida	6	-	(8.100)	-	-
Aumento na participação de minoritários	6	236	-	236	-
Recebimento de dividendos	6	22.870	31.210	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	6	(37)	-	(37)	-
Venda de ativo imobilizado		-	-	-	44
Aquisição de Imobilizado	7	(294)	(401)	(25.705)	(31.672)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		23.587	24.324	(23.537)	(22.565)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Arrendamento mercantil - pagamento principal	9	-	-	(931)	(871)
Reaquisição de ações próprias	12	(1.747)	-	(1.747)	
Partes relacionadas		2	1	-	-
Dividendos pagos	15.3.c)	(21.633)	(21.794)	(27.170)	(27.702)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(23.378)	(21.793)	(29.848)	(28.573)
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(404)	1.622	1.823	2.890
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.842	220	11.617	8.727
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.438	1.842	13.440	11.617
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(404)	1.622	1.823	2.890

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A General Water S.A. ("Sociedade" ou "Controladora") é uma sociedade de capital fechado constituída em 9 de outubro de 2000 com sede na cidade de São Paulo - SP e tem por objeto social a captação, tratamento e distribuição de águas, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, e administração de bens e negócios. As operações da Sociedade são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas, o benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração, consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (a) determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

Entidades controladas	Participação - % 2024	Participação - % 2023
General Water Águas Ltda.	96,01	98,30
General Water Saneamento Ltda.	95,97	97,38
Águas de Porto Feliz Ltda.	100,00	100,00
General Water Sistemas Brasil Ltda.	99,45	99,78

General Water Águas Ltda. ("GWA"), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 3 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de água, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água ("ETA") próprias alocadas em seus clientes. Além de sua atividade principal oferece como atividade secundária o tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto ("ETE"), também próprias alocadas em seus clientes. General Water Saneamento Ltda. ("GWS"), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 3 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de águas servidas (esgotos e efluentes). A GWS através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto ("ETE") próprias alocadas em seus clientes, objetiva a prestação de serviço de tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis. Além de sua atividade principal, oferece como atividade secundária a prestação de serviços de tratamento, purificação e distribuição de água potável através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água ("ETA"), também próprias alocadas em seus clientes. Águas de Porto Feliz Ltda. ("APF"), empresa limitada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com sede na cidade de Porto Feliz - SP, foi constituída em 17 de setembro de 2009, tem por objeto social específico a captação, tratamento e distribuição de água. A APF objetiva a captação tratamento e fornecimento de água para o município de Porto Feliz - SP. Os serviços são regulamentados e formalizados por meio do contrato de concessão pública de nº 011/2008 - Processo 195/2006 de 9 de maio de 2008, decorrente da concorrência pública de nº 01/2008 do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz (SAAE) pelo prazo de 240 meses. General Water Sistemas Brasil Ltda. ("GWBR"), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 19 de dezembro de 2018, tem por objeto social específico a atuação fora do Estado de São Paulo na prestação de serviços de tratamento e purificação de água e esgoto (esgotamento sanitário), inclusive para efeito de reuso para fins não potáveis, através da construção e operação de ETAs e ETEs próprias alocadas em seus clientes. **2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: 2.3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da Sociedade é o real brasileiro, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3.2. Uso de estimativa e julgamento:** Julgamento: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício contábil, incluem: **a) Tributos**: A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade. **b) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**: A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO, ELABORAÇÃO E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**: Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**: Classificação: A Sociedade e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. • Ativos financeiros ao custo amortizado: São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Sociedade. • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Sociedade. • Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima. Reconhecimento e mensuração: Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Sociedade de receber dividendos. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. **3.3. Contas a receber e provisão de perdas esperada de créditos**: Devido às características do contas a receber da Sociedade, sendo elas (i) carteira de recebíveis sem complexidade, e (ii) baixo risco de crédito, a Sociedade adotou a abordagem simplificada de perdas esperada de créditos, que consiste em reconhecer as perdas esperada de créditos pela vida útil total do ativo. Vale mencionar que o estudo da perda esperada resultou em valores imateriais em função da qualidade da carteira de clientes da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2024, a metodologia de cálculo das perdas esperada de créditos era realizada com base na perda histórica. A metodologia utilizada consistiu em utilizar uma estimativa por faixa de vencimento através da média ponderada de perdas dos últimos 12 meses. A Sociedade concluiu também que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto significativo em suas estimativas. De forma a corroborar esse entendimento, a Sociedade realizou diversas análises de correlação entre indicadores que poderiam ter alguma influência no setor de saneamento e seu histórico de perdas esperada de créditos, como Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Após análise, a Administração concluiu que a metodologia já adotada pela Sociedade atende ao modelo de perda esperada de créditos e, por esse motivo, a adoção inicial do CPC 48/IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, não trouxe impactos materiais na mensuração das perdas esperada de créditos. **3.4. Imobilizado**: Os valores do imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Sociedade reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e as baixas reconhecidas em resultado por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Adicionalmente, benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizadas pelo menor valor entre a vida útil da melhoria e o prazo remanescente contratual. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.5. Intangível**: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente com vidas úteis definidas são apresentados a custo, menos amortização e, quando aplicável, perdas por redução do valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos. **3.6. Arrendamento**: A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Sociedade seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Sociedade usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. **3.7. Investimento em controlada**: O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado no balanço individual da controladora pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da sociedade no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da controlada, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. **3.8. Análise de recuperabilidade de ativos (teste de "Impairment")**: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda por deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados em menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou indicativos de "impairment" que pudessem gerar perdas do valor registrado. **3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais, são as seguintes: Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Sociedade espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos são mensurados com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda destes processos é avaliada como possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada em nota explicativa. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como perdas remotas, não são provisionados ou divulgados. **3.10. Imposto de Renda pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Presumido) - correntes e diferidos**: São calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240 mil por ano e 9% de CSLL). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **3.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses, caso contrário, serão apresentados como não circulantes. **3.12. Reconhecimento de receita**: As receitas da prestação de serviços são reconhecidas quando ocorrer a prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Com a adoção do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, a qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Sociedade passou a reconhecer a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de desempenho dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos. **3.13. Lucro por ação**: A Sociedade efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações em circulação, durante o período correspondente ao resultado. A Sociedade não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição. **3.14. Normas, alterações e interpretações de normas**: No exercício corrente, a Sociedade aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas ("covenants") são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses "covenants" afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um "covenant" após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de "covenants" pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os "covenants" (incluindo a natureza dos "covenants" e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os "covenants".
Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback"	As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências das IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e